

INTERDEPENDÊNCIA ENTRE AS ELITES E OS POBRES EM CONTEXTOS DE ALTA DESIGUALDADE: QUESTÕES CONCEITUAIS E EMPÍRICAS

Matias LOPEZ¹

■ **RESUMO:** Neste artigo, proponho uma discussão sobre a interdependência social entre as elites e os pobres em democracias desiguais. Seguindo a argumentação teórica de Norbert Elias, Abraham de Swaan e Elisa Reis, aponto para mecanismos que levam as elites a desenvolverem sentimentos de interdependência para com os pobres, sentimentos estes que, por sua vez, podem engatilhar processos de distribuição e de democratização. Entre esses mecanismos, destaca-se o efeito das externalidades negativas da pobreza, isto é, da associação entre pobreza e outros fenômenos negativos, tais como a violência urbana e as epidemias. Faço também uma revisão dos resultados de pesquisas empíricas sobre os valores e as estratégias das elites frente à pobreza e à desigualdade no Brasil em contraponto com outras experiências de modernização tardia, em especial na América Latina, mas também na Ásia e na África. Argumento que a percepção de externalidades negativas da pobreza pode ser uma condição necessária, porém insuficiente, para a emergência de um sentimento de interdependência capaz de mobilizar as elites no sentido de promover mais democracia e uma melhor distribuição de recursos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Elites. Democracia. Desigualdade. Interdependência. Pobreza.

Introdução

Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos

¹ UU – Universidade de Uppsala. Pesquisador de pós-doutorado. Uppsala – Uppland – Suécia. 752-36. mlopez8@uc.cl.

tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências.

Norbert Elias, *A sociedade de corte*.

Com o consistente aumento da concentração de riqueza e renda nos países desenvolvidos, o tema da desigualdade vem se firmando globalmente no campo da sociologia política e da ciência política. Recentemente, trabalhos como os de Acemoglu e Robinson (2006) têm enfatizado mecanismos que conectam o aumento da desigualdade com a reação estratégica das elites. Segundo estes autores, a opção pela democracia liberal e pelo autoritarismo está relacionada à pressão que os pobres exercem sobre a elite e aos recursos disponíveis para enfrentar ameaças vindas de baixo. O argumento de Acemoglu e Robinson indica um papel importante para a desigualdade na explicação da reação das elites à ameaça representada pelo convívio com os pobres.

Vale ressaltar que a desigualdade, para existir como tal, depende tanto dos pobres como dos ricos. Por essa razão, muitos dos países mais pobres do mundo são, igualmente, parte do grupo de países menos desiguais do mundo. Assim, é visto que, neles, a riqueza (ou melhor, a pobreza) é homogeneamente distribuída. Em contextos de muita pobreza, porém de baixa desigualdade, as elites têm dificuldade em entender a pobreza como algo que afeta o seu mundo. Estudos sobre percepções das elites em Bangladesh, por exemplo, mostraram que as elites tendem a ter uma visão romântica dos pobres e a não associar a pobreza com outras mazelas (HOSSAIN; MOORE, 2005). Mesmo em casos latino-americanos, como o do Uruguai, vemos uma relação entre menos desigualdade e menor propensão da elite em incluir os pobres no seu cálculo de interesses (LÓPEZ, 2013a).

Neste ensaio, discutirei em termos conceituais e com base em dados empíricos os mecanismos que levam as elites a perceber fortes laços de interdependência entre elas e os pobres. Vou me apropriar da noção eliasiana de interdependência social, enquanto sentimento incorporado pelos atores sociais, assim como no seu uso por dois autores contemporâneos, Abraham de Swaan e Elisa Reis. Usarei o termo “elite” de modo abrangente, entendendo-a como conjunto de atores que concentram recursos materiais (ACEMOGLU; ROBINSON, 2006; de SWAAN, 1988), mas também em termos políticos, enquanto grupo que controla os principais recursos de poder (REIS; MOORE, 2005; HIGLEY;

BURTON, 2006). Do mesmo modo, farei referência aos “pobres” genericamente, entendendo-os como conjunto de indivíduos com poucos recursos materiais, em comparação com as elites.

Sobre a interdependência

Para os autores do elitismo clássico, as massas são dependentes da elite, pois todo grupo social se organiza através da formação de lideranças (MICHELS, 2009 [1915]) e de formas legítimas de domínio (WEBER, 2005 [1922]). Essa fórmula ficou conhecida na literatura como a “lei da minoria” (*law of the small number*) ou como a “inevitabilidade das elites” (LÓPEZ, 2013b). Ou seja, a massa precisa gerar uma elite porque ela é incapaz de se governar enquanto massa; ao menos, este é o argumento do elitismo clássico. Já os autores do chamado “novo elitismo” colocam maior ênfase na interdependência da elite em relação à massa (um exemplo está em Higley; Burton, 2006), mas eles o fazem pelo ponto de vista da articulação política. Assim, a elite é posta em uma relação de interdependência com a não-elite, pois ela precisa mobilizar a massa para obter apoio e legitimidade.

A noção de interdependência social também foi uma premissa comum aos teóricos clássicos das ciências sociais, desde Hobbes até Durkheim, que atentaram para a origem coletiva da organização social. Isto é, os indivíduos não podem formar uma sociedade sozinhos. Contudo, isso não quer dizer que as relações de interdependência sejam automaticamente internalizadas pelos atores sociais. Ao longo do processo histórico do Ocidente, é possível ver a formação de um discurso oposto, que coloca o indivíduo como centro de onde emana a capacidade de organização social. A capacidade individual de organização humana funcionou como uma narrativa própria do processo de formação do Ocidente capitalista, como já atentava Marx ao caçoar da figura de Robinson Crusoe e do *self-made man*, exemplos de discursos onde o homem isolado funciona como gênese da organização social (MARX, 2006 [1867]).

Segundo Nbert Elias (1995 [1939]), o crescente sentimento de interdependência é uma das características do processo histórico de modernização na Europa, conceituado pelo autor como “processo civilizador”. O esquema das teias de interdependência apresentado por Elias dá conta de uma estrutura geral do processo histórico, na qual os resultados não programados da ação acabam por direcionar configurações sociais em diferentes sen-

tidos. No mesmo sentido, apresenta uma teoria para o desenvolvimento dos Estados nacionais cuja base é a interdependência entre indivíduos, tidos como moeda e matriz de processos culturais e históricos. O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos dos indivíduos, mudança essa com uma direção, mesmo que não planejada.

O lugar da contingência é central na teoria de Elias, o que nos leva à ideia do Estado-nação como um acidente histórico. Ao passo que as mudanças históricas se conectam entre si, elas geram novas mudanças, o que nos leva a uma ideia totalizante de interdependência que o autor trata também por meio da noção de “figuração”. Elias também usa o termo “teia de relações”, ressaltando o processo de complexificação do lugar do indivíduo na sociedade como resultado de um processo histórico relativo à divisão do trabalho social e às respostas individuais com relação ao mesmo.

Elias inspira-se em Weber para analisar as condições históricas que possibilitaram ao Ocidente desenvolver um tipo específico de dinâmica social, caracterizado pela autoridade do Estado-Nação em aliança com o dinamismo do mercado. O autor mostra como as redes de interdependência social foram expandidas nos processos de transformação da política e do mercado na Europa, abarcando cada vez mais indivíduos e transformando as relações sociais (ELIAS, 2001 [1969]).

Elias chamou de autocoerção civilizadora essa condição cada vez mais interdependente e autoconsciente das relações sociais na formação da autoridade política moderna. Nesse sentido, reforçou o argumento weberiano sobre a racionalização do mundo e seus fenômenos políticos correlatos. Para Elias, a interdependência social não era sinônimo de solidariedade social, pois a mesma se caracterizava pela disputa entre “unidades interdependentes de ataque e defesa” (ELIAS, 2008, p. 201).

Não obstante, há uma qualidade interna nesse “sentimento de interdependência” que potencializa ou inibe tendências de articulação entre autoridade e solidariedade. Isto é, não está dado que os atores sociais desenvolverão sentimentos de conexão uns com os outros em função de seu interesse material. É factível conceber, portanto, que existam mecanismos catalisadores do sentimento de interdependência.

É nesse ponto que Abraham de Swaan (1988, 2005) se apoia para elaborar sua teoria sobre a origem do Estado de bem-estar ocidental. De Swaan propôs uma teoria da coletivização

ao analisar as origens de políticas de bem-estar social na Europa e nos EUA. O autor vê a internalização de sentimentos de interdependência em virtude dos efeitos das externalidades negativas da pobreza – em especial as epidemias, ameaças de revolução e o aumento da criminalidade – sobre os interesses das elites.

Para ele, as elites tentaram, historicamente, controlar as ameaças e explorar as oportunidades relacionadas à massa de cidadãos pobres. Essa relação de exploração de oportunidades se viu profundamente abalada com o processo de industrialização-urbanização e com suas consequências não antecipadas. Se, por um lado, a industrialização em si não estava em questão para as elites europeias e norte-americanas, por outro havia a percepção de efeitos indesejados advindos dela. Esses efeitos incluíam doenças contagiosas, ameaças políticas, insegurança e imoralidade, questões que afetavam diretamente à elite, mas que estavam relacionadas com as condições de vida dos pobres.

Externalidades negativas da pobreza teriam funcionado como incentivos para o engajamento da elite em projetos locais e privados de assistência. Contudo, a ação de uma parcela da elite fazia com que outras elites se beneficiassem igualmente de seus efeitos sem compartilhar seus custos. A ação dessas elites *free riders*, ou caroneiras, gerava um alto custo para as elites dispostas a arcar com medidas de alívio à pobreza. Nesse contexto, o Estado foi entendido como um ator capaz de impor compulsoriamente os custos de uma ação “coletivizadora”, mitigando os efeitos da pobreza através de medidas oficiais de alívio que resultaram na promoção de sociedades com índices menores de desigualdade e, eu acrescento, na implantação de regimes democráticos de maior qualidade.

A transferência de problemas relativos à esfera privada para a esfera pública só ocorreu quando as elites perceberam que as condições precárias de vida dos pobres representavam um problema também para elas. Assim, as elites perceberam uma relação de interdependência entre elas e os pobres ou, nas palavras de de Swaan, elas ganharam uma “consciência social” (DE SWAAN, 1988, 2005).

Hochmann (1998) sugeriu um processo similar para o caso brasileiro, possível de ser visto na formação do movimento sanitário na Primeira República. Ao olhar para o começo do século XX no Brasil, Hochmann argumentou que as elites perceberam nas doenças transmissíveis uma relação forte de interdependência

entre elas e os pobres, o que as levou a agir para coletivizar bens de saúde, transformando as estruturas de um Estado concebido sob uma ideologia não intervencionista. A doença, desse modo, contribui para fundar uma comunidade nacional e rendeu à elite brasileira uma consciência social.

A despeito do exemplo de Hochmann, de De Swaan e colaboradores (2000), Reis (2000) e Reis e Moore (2005) observaram que, fora do Ocidente, pressões semelhantes às sofridas pela elite europeia no século XIX não geraram respostas análogas por parte da elite durante o século XX. Em países de extrema desigualdade, a elite parecia imobilizada frente a externalidades da pobreza.

O contraste entre a ação das elites nos casos europeus e dos EUA e os casos de modernização tardia na América Latina, África e Ásia levou Reis e Moore (2005) a reconsiderar a proposta teórica de De Swaan, sem descaracterizá-la. Os autores propuseram dar ênfase à noção de “percepções”, unindo aspectos da cultura política com a dimensão racional da reação das elites.

Na abordagem de Reis e Moore (2005), a referência a um jogo de interesses não compromete ou entra em contradição com uma análise valorativa. Para os autores, tanto as elites como os pobres são agentes estratégicos, racionais, porém fortemente influenciados por concepções valorativas a respeito dos papéis do Estado, do mercado e deles mesmos.

Na comparação entre Brasil e Bangladesh, Reis (2000) propõe ao menos dois modos de interpretar diferentes padrões de interação entre elites e pobres. A autora aborda a percepção das elites através do *ethos* religioso, islâmico por um lado e católico por outro, e através da disparidade entre o peso das estruturas estatais no Brasil, onde elas são fortes, e em Bangladesh, onde elas são débeis. A autora também argumenta que as elites brasileiras enxergam externalidades negativas na pobreza, um forte indicativo de percepções de interdependência. Entretanto, essa relação seria limitada, pois esses membros da elite não se sentiriam responsáveis pessoalmente pela pobreza.

De Swaan argumentou que a percepção de laços de interdependência foi um dos motores que levaram as elites europeia e norte-americana a apoiar medidas coletivistas que vieram a formar, mesmo que de modo não antecipado, o que hoje chamamos de Estado de bem-estar social ou, em alguns casos, de social-democracias. Mas os trabalhos de Reis evidenciam que a percepção de interdependência pode vir aliada a padrões de cultura política que funcionam como desincentivos para a ação coletiva.

Segundo a autora, esses padrões estão fortemente influenciados pelo modo como se faz a distribuição de recursos na sociedade. Inspirando-se no conceito de familismo amoral de Banfield (1958), Reis (1998) argumenta que quanto mais assimétrica é a distribuição de recursos, mais abstrata se torna a preocupação das elites com os pobres, portanto, menor é a propensão a agir em função dos mesmos.

Também Blofield (2011) interpretou a inação das elites em relação aos pobres na América Latina como resultado da extrema desigualdade. Para a autora, a falta de solidariedade das elites pode ser vista objetivamente no baixo engajamento destas em atividades filantrópicas e também em expressões cotidianas. Resta indagar se este panorama resulta de um baixo sentimento de interdependência entre as elites com relação aos pobres.

Na sessão seguinte, debatarei alguns resultados de pesquisas recentes sobre visões das elites, com o objetivo de entender como os sentimentos de interdependência, ou a ausência destes, influenciam o escopo da democracia no Brasil e em outros casos de modernização tardia.

Interdependência: questões empíricas

Como vimos, a proposta teórica de Elias sobre o processo civilizador articula os constrangimentos externos da crescente interdependência social com a internalização dos sentimentos de interdependência. Para De Swaan, a internalização de sentimentos de interdependência entre elites e pobres está ligada à percepção de ameaças e oportunidades que a massa de pobres urbanos representou ao longo do tempo.

A América Latina representa um bom laboratório para uma avaliação do argumento teórico de De Swaan, uma vez que a região comporta muitos dos países mais desiguais do mundo, dentre os quais se destaca o Brasil. Muitos estudos vêm apontando para crescentes tensões sociais geradas pela desigualdade e para uma elite pouco engajada em solucionar essas tensões (BLOFIELD, 2011). Alguns, como Sorj e Martuccelli (2008), apontam para essas assimetrias típicas da América Latina como uma importante fonte de problemas para a coesão social e um risco concreto para a democracia. Então, por que ameaças semelhantes às apontadas por De Swaan (1988) parecem não conduzir a uma reação enérgica por parte das elites latino-americanas hoje?

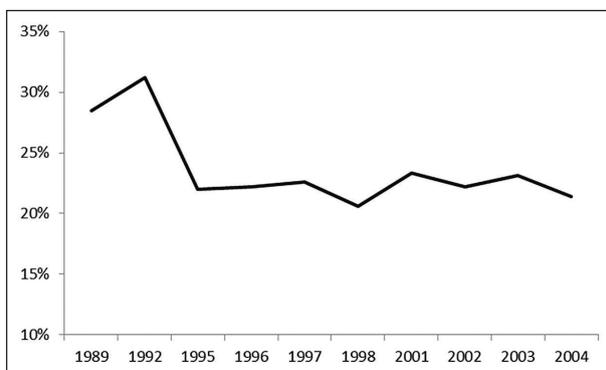
O Brasil, como sabemos, é um país de altíssima desigualdade, caracterizado por uma sociedade multiétnica e com sérios problemas de violação de direitos civis, sentidos especialmente por populações estigmatizadas, dentre as quais se destacam os negros brasileiros (CANO; SANTOS, 2007). A democracia brasileira tem se mostrado estável desde a transição nos anos 1980, porém deficitária em matéria de efetividade de direitos civis e políticos para boa parte da população.

O quadro geral da desigualdade brasileira foi profundamente agravado durante o regime militar. A política econômica do período reduziu drasticamente o poder de compra das classes baixas, além de gerar uma inflação draconiana que fragilizou ainda mais o cotidiano dos pobres.

Com o retorno da democracia, a pobreza foi vista como um possível fator de instabilidade capaz de colocar em risco a consolidação da transição para a democracia (REIS; CHEIBUB, 1996). Contemporaneamente na América Latina, parece haver uma relação entre avanços no processo de democratização e percepção da desigualdade como ameaça institucional, embora não seja clara a direção da causalidade (LÓPEZ, 2014).

Embora a democracia brasileira tenha herdado níveis alarmantes de pobreza e desigualdade, a evolução da pobreza, tomada de modo isolado, não explica os incômodos relacionados a ela. No Brasil, a proporção de pobres tende a diminuir na década de 1990 e nos anos 2000, como exposto na figura 1.

Gráfico 1 – Proporção de habitantes em situação de pobreza urbana no Brasil (%)



Fonte: Banco Mundial (2018)

O panorama de evolução negativa da pobreza contrasta com o crescimento do debate sobre ela. Como ressaltou De Swaan (1988), a pobreza é um problema dos ricos, o problema dos pobres é sobreviver. De fato, ao longo do processo de democratização, a pobreza se constitui no Brasil como um grave problema nacional e as elites começaram a expressar um mal-estar no convívio com a massa de pobres urbanos. Em *survey* levado a cabo entre 1993 e 1994 com elites políticas, burocráticas, sindicais e empresariais, a violência surge como o principal efeito negativo da pobreza na visão das elites brasileiras (REIS, 2000). Esse é um padrão que tendeu a se consolidar nos anos seguintes, como exposto em outros trabalhos de Reis (2005). A conexão entre pobreza e violência remete a uma clara percepção de externalidades negativas.

A percepção de aumento da violência reflete uma crise social comum a praticamente todos os países latino-americanos. Como apontam Briceño-León e Zubillaga (2002), no decorrer das décadas de 1980 e 1990 o homicídio se torna uma das principais causas de morte entre a população jovem na região. Todos os países do continente sofrem um crescimento expressivo no número de homicídios, mesmo países com baixos níveis de violência, como Uruguai e Costa Rica.

Entretanto, a associação entre pobreza e violência não está dada. No Uruguai, por exemplo, essa questão não se coloca. Apesar de a violência urbana ter aumentado drasticamente durante a década de 1990 e início dos anos 2000, as elites uruguaias não tenderam a relacionar violência e pobreza no período (LÓPEZ, 2013a). Em vez disso, as elites uruguaias tenderam a perceber a pobreza como uma fonte de problemas morais, que não afetavam o seu interesse material, embora gerasse incômodos. As elites em Bangladesh tampouco associam pobreza à violência, mas, ao contrário das elites uruguaias, elas tendem a ver qualidades morais nos pobres (HOSSAIN; MOORE, 2005).

Como argumenta Kerstenetzky (2002), a percepção da pobreza como um mal pode ocorrer sob duas premissas muito diferentes: (i) a que sustenta a pobreza como um mal por seu caráter injusto e imoral, e (ii) a que sustenta a pobreza como um mal por entendê-la como uma fonte de outros males. Entre as elites brasileiras, este segundo caso parece ser predominante, indicando uma percepção de externalidades negativas. Esse é um ponto central dentro do conceito de percepção de interdependência tal como em De Swaan (1988). Para que a pobreza gere sentimentos

de interdependência na elite é preciso que sejam percebidos elos entre o bem-estar (ou o mal-estar) de um e de outro.

Estarão as elites brasileiras desenvolvendo um sentimento de interdependência através da percepção de externalidades negativas da pobreza, notadamente a violência? Reis (2005) sugere que não. Segundo a autora, as elites brasileiras não conseguem se ver como agentes da solução, delegando todo o fardo ao Estado e, na prática, suportando os efeitos da desigualdade. Blofield (2011) argumenta, ainda, que a distância social na América Latina é tanta que, na prática, as elites desconhecem as condições de vida dos pobres e têm dificuldade de estabelecer laços mínimos de solidariedade com eles.

Em Bangladesh, Hossain (2005) enxerga uma reação ainda mais trágica. A autora argumenta que as elites do país se apropriam de políticas sociais e as direcionam para pobres “produtivos”, transformando a redistribuição em uma ferramenta de manutenção de mão de obra. Como consequência dessa lógica, pobres “improdutivos”, como os idosos e doentes, são abandonados pelo Estado. Nas Filipinas, as elites entendem que elas estão deixando de ganhar por conta das más condições de vida dos pobres, indicando percepções de interdependência. Entretanto, elas continuam a se relacionar, seguindo padrões tradicionais de clientelismo e familismo, enfraquecendo o Estado e reproduzindo uma estrutura de poder opressora com relação aos pobres (CLARKE; SISON, 2005).

Todas as pesquisas que analisaram a questão da interdependência entre elites e pobres de modo empírico, e em países com graves problemas de pobreza e desigualdade, tenderam a diagnosticar panoramas pessimistas. Além dos já citados, podemos mencionar, ainda, os casos do Haiti (THOMAZ, 2005), da África do Sul (KALANTI; MANOR, 2005) e do Malawi (KALEBE-NYAMONGO, 2010). Entretanto, há uma mudança no horizonte que pode intervir nas relações de interdependência e nas diferenças entre Norte e Sul, apontadas ao longo deste ensaio. A desigualdade está aumentando nos países desenvolvidos e retrocedendo em algumas partes do mundo em desenvolvimento, notadamente na América Latina. Como vimos, boa parte das interpretações sobre a relação entre elites e pobres se pauta pelos efeitos da desigualdade nos níveis de solidariedade social.

Mantendo-se este panorama, o que devemos esperar em sociedades em que o sentimento de interdependência aflorou no passado, mas que hoje se mostram cada vez mais divididas

culturalmente e desiguais economicamente? De igual modo, que impacto a redução da desigualdade terá sobre o modo como as elites se relacionam com os pobres no mundo em desenvolvimento? Estas questões se colocam para a ciência social contemporânea, mas estamos longe de uma resposta satisfatória. O que fica claro é que a pressão de externalidades negativas da pobreza constitui-se como causa necessária, talvez, mas insuficiente para a emergência de sentimentos de interdependência social. Aceitando que estes sentimentos podem conduzir as elites a patrocinar uma distribuição menos assimétrica de recursos e instituições democráticas mais eficazes, resta perguntar se este é o caminho no horizonte do Brasil e da América Latina como um todo.

Considerações finais

Neste ensaio abordei o tema da interdependência social em termos teóricos, baseando-me na obra de Nibert Elias, Abraham de Swaan e Elisa Reis. Demonstrei como, segundo Elias, a noção de interdependência social está ligada aos conceitos de figuração e ao processo histórico de modernização do Ocidente. Argumentei, também, que o autor aponta para o caráter competitivo das teias de interdependência e para processos que catalisam o sentimento de interdependência. De Swaan se ampara nesta última noção para desenvolver sua teoria sobre a emergência do Estado de bem-estar social no Ocidente. O autor alega que o mesmo é uma consequência não antecipada da reação das elites às pressões exercidas por externalidades negativas da pobreza, cujos efeitos tornaram evidentes os laços de interdependência entre elites e não-elites.

Baseando-se em De Swaan, Reis argumentou que tanto no caso brasileiro como em casos não ocidentais é possível pensar a percepção de interdependência das elites como elemento-chave para entender como a desigualdade é tolerada ou naturalizada em contextos de modernização tardia. A autora mostra que nem sempre a pobreza é vista como uma fonte de problemas, o que inibe a percepção de laços de interdependência.

Revisando os estudos empíricos sobre o tema, foi possível notar que a preocupação com os pobres e a percepção de interdependência nem sempre aparecem conjuntamente. Mesmo ações diretas de combate à pobreza podem ser levadas a cabo para cumprir preceitos ético-religiosos, e não como parte de uma

estratégia para atenuar externalidades negativas ou ampliar externalidades positivas.

Estudos mostram que as elites brasileiras apresentam, ao menos, noções de interdependência social através da associação entre pobreza e violência urbana, o que não se vê em outros casos de modernização tardia, como em Bangladesh ou no vizinho Uruguai. Por mais que se possa identificar nesses casos um discurso mais “nobre” sobre os pobres, na prática eles revelam uma elite menos inclinada a incorporar o combate à pobreza ao seu cálculo de interesses. Por outro lado, a percepção de interdependência tampouco parece ser uma condição suficiente para a mobilização das elites.

Em suma, é factível conceber que as pressões da interdependência entre elites e pobres estejam motivando, embora de modo limitado, uma mudança de comportamento das elites no Brasil e em outros casos de democracias muito desiguais. Entretanto, há outras variáveis, dentre as quais a cultura política do país, que ajudam a explicar por que os avanços ocorrem timidamente.

LOPEZ, M. Interdependence between the elites and the poor in contexts of high inequality: conceptual and empirical issues. *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, p. 103-117, jan./jun. 2019.

■ **ABSTRACT:** *In this essay I propose a discussion about the social interdependence between elites and the poor in unequal democracies. Following the theoretical arguments of Norbert Elias, Abraham de Swaan and Elisa Reis, I point to mechanisms capable of leading elites toward feelings of interdependence between them and the poor. Among such mechanisms, I highlight the effect of negative externalities such as urban violence and epidemics. I also review recent research about elite values and strategies toward poverty and inequality in Brazil, in contrast with other experiences of late modernization, especially in Latin America but also in Asia and Africa. My argument is that the perception of negative externalities may be a necessary condition, while certainly insufficient, for the emergence of feelings of interdependence capable of mobilizing the elite toward democracy and distribution.*

■ **KEYWORDS:** *Elites. Democracy. Inequality. Interdependence. Poverty.*

Referências

ACEMOGLU, D; ROBINSON, S. *Economic origins of dictatorship and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BANCO MUNDIAL. Dados - Brasil. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/BR?locale=pt>. Acesso: 20 dez. 2018.

BANFIELD, E. C. *The moral basis of a backward society*. Nova Iorque: Glencol, 1958.

BLOFIELD, M. Desigualdad y política en América Latina. *Journal of Democracy en Español*, vol. 3, p. 58-74, julho, 2011.

BRICEÑO-LEÓN, R.; ZUBILLAGA, V. Violence and globalization in Latin America. *Current Sociology*, vol. 50, n 1, p.19-37, january, 2002.

CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

CLARKE, G. ; SISON, M. Voices from the top of the pile: elite perceptions of poverty and the poor in the Philippines In: REIS, E.. P e MOORE, M. *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, p. 57-90, 2005.

DE SWAAN, A. Elite perceptions of the poor: reflections on a comparative research project. In: REIS, E. P e MOORE, M. *Elite perceptions of poverty and inequality*. London: Zed Books, 2005, p. 182-194.

DE SWAAN, A.; MANOR, J.; ØYEN, E.; REIS, E. Elite perceptions of the poor. *Current Sociology*, v. 48, nº 01, 2000, p. 43-54.

DE SWAAN, A. *In care of the state: health care, education and welfare in Europe and the USA in the modern era*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

ELIAS, N. *A sociedade de corte*. São Paulo: Cia Das Letras, 2001 [1969].

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 [1939].

HIGLEY, J.; BURTON, M. *Elite foundations of liberal democracy*. Laham: Roman and Littlefield Publishers, 2006.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998

HOSSAIN, N. Productivity and virtue: elite categories of the poor in Bangladesh. *World Development*, 33.6, p. 965-977, 2005.

HOSSAIN, N.; MOORE, M. So near and yet so far: elites and imagined poverty in Bangladesh. In: REIS, E. P.; MOORE, M. *Elite perceptions of poverty and inequality*. London: Zed Books, p. 91-126, 2005.

KALANTI, N.; MANOR, J. Elite perception of poverty and poor people in South Africa. In: REIS, Elisa. P e MOORE, Mick. *Elite perceptions of poverty and inequality*. London: Zed Books, p. 156-181, 2005.

KALEBE-NYAMONGO, C. Mutual interdependence between elites and the poor. In: DICAPRIO, A., e ROBINSON, J. (orgs.). *The role of elites in economic development*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 200-230.

KERSTENETZKY, C. L. Por que se importar com a desigualdade. *Dados*, v. 45, n. 4, Rio de Janeiro, 2002.

LÓPEZ, M. Elite theory. *Sociopedia.isa*. Disponível em: <www.sagepub.net/isa/resources/pdf/EliteThey.pdf>. 2013a. Acesso em: julho de 2014.

LÓPEZ, M. The state of poverty: elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay. *International Sociology*, 28.3, p.351-370, 2013b.

LÓPEZ, M. Elite perceptions of inequality as a threat to democracy in six latin american countries. In: DUBROW, J. (org.). *Political inequality in an age of democracy: cross-national perspectives*. London: Routledge, p. 95-109, 2014.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006 [1867].

MICHELIS, R. *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of democracy*. New Jersey: Transaction Publishers, 2009 [1915].

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 42, p., fev. 2000.

REIS, E. P. Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites. In: REIS, E. P e MOORE, M. *Elite perceptions of poverty and inequality*. London: Zed Books, 2005

REIS, E. P.; MOORE, M. *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, 2005

REIS, E. P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. In: REIS, E. P. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

SORJ, B.; MARTUCCELLI, D. *El desafio latinoamericano: cohesión social y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2008.

THOMAZ, O. R.; REIS, E.; MOORE, M. Haitian elites and their perceptions of poverty and of inequality. In: REIS, E. P. e MOORE, M. *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres: Zed Books, 2005, p. 127-155.

WEBER, M. *Economía y sociedad*. Fondo de Cultura Económica. México DF, 2005 [1922].